

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**  
(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Torna os crimes de corrupção ativa e corrupção passiva hediondos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art.1º** O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....  
.....

**XIII – corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e corrupção ativa (art. 333 do Código Penal).**

**Parágrafo único.** Aplicam-se aos crimes previstos no inciso XIII deste artigo todas as disposições legais referentes aos crimes hediondos.”

**Art. 2º** O art. 323 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“**Art. 323.** .....  
.....

**X — quando se tratar dos crimes previstos nos arts. 317 e 333 do Código Penal.”**

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor 90 dias após a data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A corrupção é reconhecida como uma das maiores ameaças às instituições democráticas e ao desenvolvimento nacional. Seus efeitos são difusos, estruturais e atingem toda a coletividade, configurando uma modalidade de violência indireta contra milhões de brasileiros.

Segundo dados da Transparência Internacional<sup>1</sup>, o Brasil ocupa posição crítica no **Índice de Percepção da Corrupção**, revelando cenário persistente de fragilidade institucional e prejuízos contínuos ao erário.

O presente texto, simplifica e aperfeiçoa a legislação atual, propondo uma redação clara, objetiva e coerente com a estrutura penal vigente, sem criar novos tipos penais ou qualificadoras, mas apenas elevando o tratamento jurídico da corrupção ativa e passiva ao mesmo patamar de reprovabilidade já constitucionalmente previsto para crimes equiparados pela gravidade de seus efeitos.

A classificação como crime hediondo é medida proporcional e necessária porque: a corrupção desvia recursos essenciais de saúde, educação, segurança e infraestrutura; viola o princípio da moralidade administrativa (art. 37 da Constituição Federal); fragiliza a democracia e alimenta ciclos de criminalidade organizada; e atinge vítimas indeterminadas e gera danos sociais permanentes.

Além disso, ao tornar tais crimes **inafiançáveis**, com regime inicial fechado e regras mais rígidas de execução penal, alinhamos a legislação nacional ao clamor social por maior rigor no combate à corrupção sistêmica — sem violar o princípio da proporcionalidade.

<sup>1</sup>[https://transparenciainternacional.org.br/ipc?gad\\_source=1&gad\\_campaignid=22820806524&gbraid=0AAAAADRR7hfo2KFbJzTG5\\_-wlepwu2u1&gclid=CjwKCAiAlrXJBhBAEiwA-5pgwozb9hkPB4MdghlBmMKTa5kZBywH1Lklgp5qaq6xuhtVUR9mamP8ZBoC\\_k8QAvD\\_BwE](https://transparenciainternacional.org.br/ipc?gad_source=1&gad_campaignid=22820806524&gbraid=0AAAAADRR7hfo2KFbJzTG5_-wlepwu2u1&gclid=CjwKCAiAlrXJBhBAEiwA-5pgwozb9hkPB4MdghlBmMKTa5kZBywH1Lklgp5qaq6xuhtVUR9mamP8ZBoC_k8QAvD_BwE)



Assim, a proposição contribui para reforçar a segurança institucional do País, fortalecer a integridade pública e sinalizar intolerância absoluta à corrupção em todas as esferas.

Diante do exposto, conclama-se o apoio dos nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado **JOSÉ NELTO**  
(UNIÃO/GO)

